

Capacitação como ferramenta de autonomia e ampliação de possibilidades para mulheres.

Helena Garbelotto dos Santos[1]
Luíza Andrade Chebli[2]
Laura Sampaio Bigogno[3]
Lie de Castro Batista[4]
Priscila Barreto[5]

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar em que medida a capacitação profissional contribui para a autonomia e a ampliação de possibilidades de mulheres em situação de vulnerabilidade social. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, sendo desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental sobre o Programa Mulheres Mil. O estudo dialoga com referenciais da sociologia do trabalho e dos estudos de gênero. Os resultados evidenciam que a capacitação promove impactos importantes, especialmente no fortalecimento da autoestima, na ampliação das redes de sociabilidade e no acesso ao conhecimento. No entanto, esses avanços não se refletem, na mesma medida, na autonomia econômica das participantes, que seguem inseridas, em sua maioria, em atividades informais, de baixa remuneração e socialmente associadas ao trabalho feminino. Dessa forma, compreende-se que a capacitação é um passo importante, mas não suficiente por si só, sendo necessário articulá-la a políticas públicas e a mudanças estruturais que possibilitem, de fato, a construção da autonomia feminina.

Palavras-chave: autonomia feminina; capacitação profissional; vulnerabilidade social; políticas públicas.

Abstract

[1] Graduanda em Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (202504072@estudante.ufjf.br).
[2] Graduanda em Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (luiza.chebli@estudante.ufjf.br)
[3] Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (laurasampaio.bigogno@estudante.ufjf.br)
[4] Graduanda em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (lie.batista@estudante.ufjf.br)
[5] Graduanda em Direito, Faculdade Federal de Juiz de Fora - UFJF (priscila.barreto@estudante.ufjf.br)

This article aims to analyze to what extent professional training contributes to the autonomy and expansion of opportunities for women in situations of social vulnerability. This is a qualitative, descriptive, and exploratory study developed through bibliographic review and document analysis of the Mulheres Mil Program, grounded in the sociology of work and gender studies. The results show that training promotes important impacts, especially in strengthening self-esteem, expanding social networks, and increasing access to knowledge. However, these advances are not equally reflected in economic autonomy, as most participants remain in informal, low-paid jobs associated with traditionally female occupations. Thus, training is understood as an important step, but not sufficient on its own, requiring articulation with public policies and structural changes to effectively promote women's autonomy.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca entender como se dá a capacitação como fonte de autonomia na vida das mulheres. É importante destacar que a autonomia feminina é multifatorial: carece de previsões jurídicas e sociais, mas também é construída internamente. Historicamente, foram diversas lutas para que se fosse conquistada a possibilidade de a mulher desenvolver sua autonomia, mas pouco se preocupou com o desenvolvimento interno desta. Por tal razão, o exercício de capacitação concretiza a viabilização de tal desenvolvimento, visto que promove a autoestima, além de tornar palpável o exercício de fazer algo por si próprio.

O conceito de autonomia encontra raízes etimológicas na Grécia antiga, reunindo as ideias de autos (por si mesmo) com a de nomos (regra). Assim, essa palavra interliga a noção de autodeterminação com a de livre arbítrio, destacando o indivíduo como agente protagonista na tomada de decisões para sua vida. É nesse sentido que o papel da autonomia se consolida como fundamental quando se fala sobre dignidade. Ser capaz de escolher o próprio rumo da vida não deveria ser privilégio, mas direito consumado.

Sob essa perspectiva, é pertinente observar, a título de exemplificação, o papel da costura como viabilizadora de possibilidades para as mulheres. Isso porque, desde os tempos antigos, a atividade de coser tinha lugar de gerar autonomia, visto que era um dos poucos papeis sociais aceitavelmente exercido pelas mulheres. Por isso, não se pode deixar de salientar os múltiplos benefícios que a atividade trazia, desde a geração de renda- essencial para ampliar possibilidades de escolha-, até o resgate da própria autoestima feminina. E, de

forma consonante, também se destaca como a capacitação está atrelada a esse resultado, haja vista necessidade dela para constituir um exercício de autonomia.

Nesse contexto, este artigo analisa, a partir de um enfoque sobre o público feminino, como a capacitação se concretiza como ferramenta viável de ampliar possibilidades, especialmente na vida profissional, mas com impacto para os demais âmbitos da vida.

REVISÃO DA LITERATURA

A eficácia das políticas de capacitação profissional para mulheres exige um olhar que vá além da simples oferta de vagas. Muitas vezes, o discurso institucional sugere que a educação técnica emancipa economicamente de forma automática (Sen, 2000; Kabeer, 2005). No entanto, a entrada da mulher no mercado de trabalho não eliminou a sua dupla jornada, aprofundando um cenário de sobrecarga e o fenômeno da "feminização da pobreza" (Lavinas, 1996; Brito, 2011).

Para entender essa desigualdade, a sociologia observa como a sociedade divide o trabalho. Como aponta Kergoat (2009), historicamente, os homens são direcionados para a esfera produtiva e remunerada, enquanto as mulheres assumem o trabalho de cuidado e a manutenção da casa — tarefas não pagas e invisibilizadas. Essa realidade é ainda mais dura para mulheres negras e periféricas, que, segundo Saffioti (2004), sofrem os impactos somados do capitalismo, do machismo e do racismo, acabando empurradas para as ocupações mais precárias do mercado.

Dessa forma, a verdadeira autonomia não se alcança apenas ensinando um ofício. O empoderamento real, conforme o modelo tridimensional de Kabeer (1999), exige que a mulher tenha recursos materiais para estudar, recupere sua capacidade de agência para tomar decisões e, por fim, alcance realizações concretas que transformem esse aprendizado em liberdade financeira e qualidade de vida.

O Programa Mulheres Mil tenta colocar essas ideias em prática, voltando-se para o público que mais precisa. Em vez de focar apenas no ensino técnico tradicional, a essência do

programa é usar uma metodologia acolhedora, dialogando com a realidade de mulheres que muitas vezes foram excluídas do ambiente escolar.

Na estruturação dos cursos, nota-se um esforço real de inclusão. O programa tem focado em grupos historicamente marginalizados — como mulheres trans, quilombolas e moradoras de áreas de risco. Além disso, há uma preocupação em garantir que elas consigam frequentar as aulas. Um exemplo prático disso é a previsão de equipes de apoio, chegando a incluir a contratação de recreadores infantis para cuidar dos filhos das alunas durante o período letivo, removendo uma das maiores barreiras para a permanência na escola.

Apesar de o programa apresentar ganhos significativos no resgate da autoestima e na criação de redes de solidariedade (Azevedo; Duarte, 2022) , a iniciativa esbarra em um grande obstáculo estrutural. O desafio atual é que boa parte das capacitações oferecidas ainda gira em torno de ofícios que são "extensões" do trabalho doméstico (Gomes; Carloto, 2012; Costa, 2020) , como cursos para cuidadoras, manicures e salgadeiras.

Ao direcionar as alunas quase exclusivamente para essas áreas, o programa corre o risco de não romper o ciclo de precarização, mantendo essas trabalhadoras em setores informais e desvalorizados. Para que a política funcione de forma definitiva, o próximo passo precisa ser a diversificação dessas formações, inserindo as mulheres em setores tecnológicos e de maior valor econômico, garantindo que o cuidado não seja um impeditivo para o seu crescimento profissional.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, cujo objetivo é analisar os efeitos da capacitação profissional na autonomia e na ampliação de possibilidades para mulheres em situação de vulnerabilidade social. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir compreender fenômenos sociais complexos a partir da interpretação de significados, experiências e percepções dos sujeitos envolvidos, conforme destaca Minayo (2014), ao afirmar que esse tipo de investigação busca compreender os processos sociais em sua profundidade e contexto.

A investigação foi desenvolvida a partir da análise do Programa Mulheres Mil, política pública nacional voltada à oferta de educação profissional e cidadã para mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, a pesquisa assume também características de estudo de caso, entendido como uma estratégia de investigação que permite examinar um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (Yin, 2015).

3.1. População e amostra

A população da pesquisa é composta por mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica participantes de programas de capacitação profissional. Para fins analíticos, a investigação concentrou-se nas participantes do Programa Mulheres Mil, política pública implementada pelo Ministério da Educação com o objetivo de promover educação profissional e inclusão social.

A amostra considerada foi composta por dados e informações presentes em pesquisas acadêmicas e relatórios institucionais, especialmente aqueles que analisam os efeitos da capacitação na inserção no mercado de trabalho, na geração de renda e nas dimensões psicossociais do empoderamento feminino.

3.2. Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental. Foram examinados artigos científicos, estudos acadêmicos, relatórios institucionais e documentos oficiais relacionados ao Programa Mulheres Mil e às políticas de capacitação profissional voltadas para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

A pesquisa bibliográfica permitiu identificar as principais contribuições teóricas sobre gênero, trabalho e empoderamento feminino, enquanto a análise documental possibilitou examinar dados empíricos e indicadores produzidos por estudos que avaliaram os resultados do programa.

Além disso, foram utilizados dados secundários apresentados em pesquisas anteriores, incluindo gráficos e indicadores relacionados à inserção laboral, renda e condições de trabalho das mulheres após a conclusão das capacitações.

3.3. Instrumentos de pesquisa

Os instrumentos utilizados na pesquisa consistiram em:

- revisão de literatura científica sobre capacitação profissional, empoderamento feminino e divisão sexual do trabalho;
- análise de documentos institucionais e estudos acadêmicos relacionados ao Programa Mulheres Mil;
- dados secundários provenientes de pesquisas e avaliações do programa, que apresentam indicadores sobre inserção laboral, renda e impactos sociais da capacitação.

Esses instrumentos permitiram reunir informações teóricas e empíricas necessárias para a compreensão dos efeitos da capacitação profissional na vida das mulheres participantes.

3.4. Procedimentos de análise dos dados

A análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), técnica amplamente utilizada em pesquisas qualitativas para interpretar informações provenientes de documentos, textos e registros. Esse método consiste na organização, categorização e interpretação dos dados, permitindo identificar padrões, significados e relações presentes nas informações analisadas.

A interpretação dos resultados foi orientada pelo referencial teórico da sociologia do trabalho e dos estudos de gênero, especialmente pelas contribuições de Danièle Kergoat, que analisa a divisão sexual do trabalho, e de Heleieth Saffioti, cuja abordagem evidencia a articulação entre patriarcado, racismo e capitalismo na produção das desigualdades sociais.

Além disso, a análise dialoga com o conceito de empoderamento proposto por Naila Kabeer e com a abordagem das capacidades de Amartya Sen, que compreendem a capacitação como um processo de ampliação das liberdades e das possibilidades de escolha das mulheres.

A partir dessa articulação entre dados empíricos e referencial teórico, buscou-se compreender em que medida as políticas de capacitação profissional contribuem para o fortalecimento da autonomia feminina e quais fatores estruturais limitam a transformação dessas capacitações em autonomia econômica efetiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que a capacitação profissional direcionada a mulheres em situação de vulnerabilidade social produz impactos significativos, ainda que não garanta autonomia econômica de longo prazo. A análise dos dados demonstra que a maioria das participantes relatou aumento da autoestima, ampliação da rede de sociabilidade e fortalecimento da percepção de pertencimento social após a conclusão dos cursos. Tais dados evidenciam pesquisas sobre o Programa Mulheres Mil, que identificaram ganhos consistentes na dimensão psicossocial do empoderamento.

No entanto, os gráficos referentes à inserção laboral e à renda evidenciam um cenário mais ambíguo. Embora parte das mulheres tenha iniciado atividades remuneradas após a capacitação, predominou a inserção em ocupações informais ou de baixa remuneração, especialmente nas áreas tradicionalmente associadas ao trabalho feminino, como costura, culinária e estética. Os resultados revelaram que, após a conclusão do Programa Mulheres Mil, a maioria permanecia sem vínculo formal ou com rendimentos instáveis. Esses dados indicam que, apesar da ampliação de recursos educacionais e técnicos, a conversão das capacitações em renda é limitada por fatores estruturais, como ausência de políticas de cuidado, falta de rede de apoio, dupla jornada e segmentação do mercado de trabalho.

Na discussão dos resultados, observa-se que os achados dialogam diretamente com as formulações teóricas mobilizadas na revisão de literatura. A partir da perspectiva de Danièle Kergoat, a permanência das mulheres em nichos ocupacionais desvalorizados confirma a força da divisão sexual do trabalho. A capacitação, quando restrita a ofícios associados ao

feminino, tende a reproduzir a lógica da esfera reprodutiva no mercado, sem romper com as estruturas de desigualdade.

Além disso, a pesquisa evidenciou a relação entre patriarcado, racismo e capitalismo, com base no conceito de "Nó" estrutural de Heleieth Saffioti. Mulheres negras e de baixa escolaridade enfrentam maiores obstáculos para transformar qualificação em mobilidade social, como discriminação, concentração em trabalhos informais e sobrecarga doméstica, evidenciando a articulação entre gênero, classe e raça.

Por outro lado, houve avanços importantes com o incentivo à capacitação. As mulheres passaram a ter maior acesso a conhecimento e desenvolveram mais confiança para tomar decisões. À luz da abordagem das capacidades de Amartya Sen, os resultados apontam ampliação das liberdades, especialmente no acesso ao aprendizado e à participação social.

Contudo, a ausência de políticas públicas integradas dificultou que essas capacidades se transformassem em melhorias econômicas duradouras. Assim, o fortalecimento pessoal, por si só, não rompe ciclos de vulnerabilidade, evidenciando que a autonomia econômica depende também de condições sociais e institucionais.

Portanto, a capacitação é fundamental, mas seus efeitos são limitados enquanto a divisão sexual do trabalho permanecer. A emancipação plena depende também da transformação das estruturas sociais que sustentam essa desigualdade.

CONCLUSÃO

Podemos compreender com todas as informações presentes nesse artigo que a capacitação profissional exerce um papel fundamental e relevante na ampliação das possibilidades de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente no fortalecimento da autoestima, no acesso ao conhecimento e na construção de redes de apoio. Esses elementos dialogam diretamente com a dimensão subjetiva do empoderamento, conforme proposto por Kabeer, ao evidenciarem avanços na capacidade de agência dessas mulheres e na forma como passam a se perceber enquanto sujeitas de direitos.

No entanto, ao relacionarmos esses resultados com o referencial teórico mobilizado, torna-se evidente que tais avanços encontram limites importantes quando confrontados com as estruturas sociais que organizam o trabalho e a vida social. A permanência das mulheres em ocupações precárias, informais e associadas ao trabalho reprodutivo reforça a análise de Kergoat sobre a divisão sexual do trabalho, evidenciando que a capacitação, quando direcionada a áreas tradicionalmente femininas, tende a reproduzir desigualdades já existentes, em vez de superálas. Além disso, a análise também confirma a perspectiva de Saffioti, ao demonstrar que as desigualdades de gênero não atuam de forma isolada, mas articuladas a marcadores de classe e raça, aprofundando as dificuldades enfrentadas por mulheres negras e de baixa renda na busca por autonomia econômica. Nesse sentido, a capacitação, embora amplie recursos, não garante, por si só, a transformação das condições materiais de vida, uma vez que essas mulheres continuam inseridas em um contexto estrutural que limita suas possibilidades de mobilidade social.

Sob a ótica da abordagem das capacidades de Sen, é possível afirmar que houve uma ampliação das liberdades dessas mulheres, sobretudo no acesso ao conhecimento, à participação social e à construção de novos projetos de vida. Entretanto, a conversão dessas capacidades em realizações concretas — como renda estável e inserção no mercado formal — permanece restrita, evidenciando a necessidade de condições sociais e institucionais que sustentem esse processo.

Como limitação da pesquisa, podemos destacar o uso de dados secundários, o que não permite acompanhar diretamente as trajetórias das participantes, nem captar de forma mais aprofundada as transformações em seu cotidiano. Diante disso, é te extrema importância que pesquisas futuras invistam em metodologias de campo, como entrevistas e estudos longitudinais, possibilitando uma análise mais próxima das experiências vividas pelas mulheres após a capacitação. Além disso, torna-se fundamental o fortalecimento de políticas públicas integradas, que articulem qualificação profissional com acesso a creches, transporte, oportunidades de trabalho formal e enfrentamento das desigualdades estruturais.

Com isso podemos concluir que a capacitação profissional é um instrumento importante na ampliação de possibilidades e no fortalecimento da autonomia feminina, mas

seus efeitos permanecem limitados quando não acompanhados de transformações estruturais. Assim, a construção de uma autonomia efetiva depende não apenas do acesso à qualificação, mas da reorganização das relações sociais que sustentam a divisão desigual do trabalho e das oportunidades na sociedade

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A.; DUARTE, T. T. S. O programa Mulheres Mil como política pública de educação profissional: levantamento e descritores das produções acadêmicas. Vértices, Campos dos Goytacazes, v. 24, n. 2, p. 601-621, 2022.

BRITO, A. S. de. A mulher e o mercado de trabalho: a infindável dupla jornada feminina. Revista Eletrônica Interações Sociais, v. 3, n. 1, 2011.

COSTA, G. A. Análise de desenho do Programa Mulheres Mil sob a perspectiva de gênero. Revista Eletrônica de Ciência Política, Curitiba, v. 11, n. 1, 2020.

GOMES, A. G.; CARLOTO, C. M. Geração de renda para mulheres e divisão sexual do trabalho: estratégias para o trabalho feminino e a conquista da autonomia. Revista Katálysis, 2012.

KABEER, N. Resources, agency, achievements: reflections on the measurement of women's empowerment. Development and Change, Haia, v. 30, n. 3, p. 435-464, 1999.

KABEER, N. Gender equality and women's empowerment: A critical analysis of the third millennium development goal 1. Gender & Development, v. 13, n. 1, p. 13-24, 2005.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Em: HIRATA, H. et al. (Org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67-75.

LAVINAS, L. A feminização da pobreza. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.